

Andy Bennett (2013), *Music, Style, and Aging: Growing Old Disgracefully?*

Paula Guerra



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/5956>

DOI: 10.4000/rccs.5956

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 maio 2015

Paginação: 185-187

ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

Paula Guerra, « Andy Bennett (2013), *Music, Style, and Aging: Growing Old Disgracefully?* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 106 | 2015, posto online no dia 28 abril 2015, consultado o 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/5956> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/rccs.5956>



Recensões

Capela, José (org.) (2014), *Delfim José de Oliveira. Diário de viagem da colónia militar de Lisboa a Tete, 1859-1860*. Porto: Húmus, 125 pp.*

Este é o último trabalho publicado em vida por José Capela, recentemente falecido, historiador que dedicou a sua investigação às relações entre a sociedade portuguesa e as sociedades do actual Moçambique, em particular no século XIX, e cuja profunda imbrincação foi desvendando através da sua abordagem pioneira ao longo de quatro décadas de publicações.

Este *Delfim José de Oliveira. Diário da viagem da colónia militar de Lisboa a Tete, 1859-1860* (Húmus, 2014), uma narrativa cuja publicação Capela prefaciou, anotou e organizou, sendo mais uma das suas múltiplas achegas para um maior conhecimento da sociedade zambeziânica, é também sintomático do eixo de abordagem do seu organizador, através do qual o autor sempre se recusou a ser apenas um historiador de sínteses, valorizando a disponibilização de materiais historiográficos em primeira mão, como este, de molde a ilustrar as perspectivas assumidas e, também, potenciar as reflexões alheias.

Neste caso trata-se do diário de uma expedição em 1859, destinada à constituição de uma “colónia militar” perto de Tete, elaborado pelo militar Delfim de Oliveira (1821-1899), seu comandante e então já veterano em terras de Moçambique, para as quais havia sido já destacado em missões desde 1842 até 1854, tendo sido governador militar de Tete, e assim conhecedor da região específica do projecto em causa. E talvez por isso conhecedor *a priori* das enormes dificuldades, senão mesmo

impossibilidade, de tais propósitos, como o demonstra o seu desiludido início, tentando eximir-se ao comando de que fora incumbido, por dele antever “pouca ou nenhuma glória”.

Trata-se de um relato valorizado pelas capacidades de observação, e apetência intelectual, do seu autor. Algo que bem mais tarde lhe implicou publicações, já após a sua reforma, como uma memória descritiva da sua experiência moçambicana (*A Província de Moçambique e o Bonga*, 1879), e uma memória de erudição local, típica de época (*Notícias de Penella: apontamentos históricos e archeologicos*, 1884). Apontamento a realçar, pois denotando uma vontade reflexiva que já o acompanhava ao longo da expedição de 1859-1860, e que em muito enriquece o conteúdo desta descrição.

Esta expedição demonstra a existência nessa época do projecto do governo liberal português de dinamizar o inexistente sistema colonial através dessa tipologia organizacional, as “colónias militares”, constituída pela colocação de uma companhia militar, no caso a “Companhia de Caçadores de Moçambique”. Mas à qual se associavam, para o efeito, um núcleo de degredados, prisioneiros e soldadesca punida, nisso também se integrando, ainda que em número desequilibrado, um universo feminino, constituído por cônjuges dos enviados e ainda condenadas, no óbvio intuito de fomentar um povoamento “branco”.

* Por opção do autor o presente texto não observa as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Este era o meio, segundo Capela, para obstar à desarticulação da actividade económica portuguesa no território, sucedida com a radical redução do tráfico transatlântico de escravos acontecida na época, fundamentalmente por pressão britânica. E assim intentando suprir a efectiva inexistência de uma presença portuguesa na região, em tudo o que ultrapassasse a persistência de alguma nomenclatura oriunda do regime dos “Prazos de Zambézia”, explicitamente desligada em termos políticos, culturais e económicos da putativa metrópole.

As “colónias militares”, projectadas sob Sá da Bandeira, haviam sido encetadas em Moçambique em 1852 no arquipélago de Bazaruto, e logo depois em 1855 na baía de Pemba, incluindo concursos públicos em Portugal apelando a colonos, nisso tendo repercussão maior, um verdadeiro sucesso popular, às possibilidades de transporte e de apoio à sua instalação existentes. Mas o facto é que essas tentativas falharam quase de imediato, explicitando a falta de preparação dos projectos, assentes em desinformação sobre as reais condições, sanitárias e de possibilidades de actividade económica por parte dos colonos deslocados.

Já a descrição desta terceira expedição, longa e infrutífera, possibilita uma visão ímpar da real dissolução da putativa administração portuguesa de então, restrita à Ilha de Moçambique e a desagregados núcleos comerciais históricos, e prisioneira das práticas de corrupção e inércia dos seus responsáveis, na sua maioria verdadeiramente desligados de qualquer ideal de “interesse nacional”. Algo que não se deduz do relato de Delfim de Oliveira, pois é o próprio que o explicita, ainda que com a contenção própria ao dignitário militar.

Como o explicita a sua sobriedade na nota referindo os longos meses que as centenas de participantes aguardaram na empobrecida capital, a Ilha de Moçambique, pela chegada da mulher do governador de Tete, a qual a expedição deveria escoltar até ao seu destino. Breve referência que denota as dificuldades de promover, no terreno, os projectos delineados em Portugal. E o sublinham as suas referências, desgostosas, à continuidade da articulação entre as frágeis administrações portuguesas e os eixos de tráfico de escravos ainda resistentes. Vantagem maior deste “Diário de viagem” é a descrição, com alguma minúcia, das realidades locais. Disso exemplo são as páginas que narram a longa ascensão do Zambeze, entre Quelimane e Tete: mapeando as localidades existentes, as instituições político-económicas, o tipo de interações possíveis, a geoestratégia proposta – questão na qual se sobrepõe o comandante/governador –, a ecologia encontrada. É um manancial de informações para os historiadores e afins, mas também um documento precioso para qualquer interessado na história do país, em particular a da bacia zambeziana.

Finalmente, já no almejado destino, há o desenlace, como uma difícil expedição, agregando tantas esperanças e corroendo tantos meios, económicos e humanos, que se tornou impossível não só por dificuldades incontornáveis e desadequação de saberes, mas pelos entendimentos diversos dos parques membros da administração local ali sediados. Sublinhando assim a irrealidade de tantos projectos “africanos” do esforço colonial português, pois desajustados das perspectivas e interesses dos seus enviados para os locais.

José Teixeira

Meneses, Maria Paula; Martins, Bruno Sena (orgs.) (2013), *As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: CES/Almedina, 191 pp.

Como uma prévia das comemorações pelas quatro décadas do 25 de Abril, data que marcou o início do fim da Guerra Colonial/de Libertação Nacional travada entre o Exército colonial português e os braços armados dos movimentos que lutavam pela completa e imediata independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, veio a público “um livro pioneiro sobre a história recente de Portugal e dos países que estiveram sujeitos ao colonialismo português” (p. 9), como bem define Boaventura de Sousa Santos no prefácio da obra.

Aproveitando o término do período de quarentena de um vasto acervo documental sobre o Exercício Alcora – “uma aliança nunca publicamente reconhecida, estabelecida entre a África do Sul, a Rodésia e Portugal” (p. 16) – outrora classificado de “Muito Secreto” ou “Top Secret”, um grupo formado por historiadores, antropólogos, sociólogos e militares que são, antes disso, mulheres e homens nascidos em Portugal, Angola e Moçambique no “tempo colonial”, apresenta ao público os resultados de suas pioneiras investigações exploratórias destas e outras fontes de informações sobre a última fase da presença colonial portuguesa em África. As análises críticas produzidas por estes investigadores e reunidas neste livro contribuem para desvelar o que foi ocultado, tanto pelo que foi dito como pelo que foi silenciado, na maior parte das narrativas anteriormente escritas sobre a história contemporânea de Portugal e dos países da África Austral.

Ao apresentar a temática geral tratada no livro e justificar a contribuição trazida por cada um dos capítulos, como é de praxe numa obra coletiva, a introdução

“O Exercício Alcora no jogo das Alianças Secretas” (pp. 15-27), pela qual respondem os organizadores Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins, cumpre a importante função de alertar os leitores de que muito permanece por dizer não só sobre os contornos da Guerra Colonial e das lutas nacionalistas, mas também e, principalmente, sobre suas implicações geoestratégicas no palco africano em contexto da Guerra Fria. E esta talvez seja uma das contribuições mais relevantes da obra em questão: enfatizar, para resgatar do esquecimento, o fato de que “o palco africano foi um dos espaços mais devastados pelos conflitos violentos da última fase da Guerra Fria” (p. 16).

Verdade seja dita, cada um dos capítulos pode ser perfeitamente lido em separado sem prejuízos de maior para sua compreensão individual. Entretanto, explorar o livro como um todo é o que de fato permite ao leitor ter acesso ao complexo panorama das Guerras de Libertação que se opuseram aos sonhos coloniais na África Austral. Além disso, a complementaridade existente entre alguns capítulos é notória. Por exemplo, os dois primeiros capítulos têm em comum o tema da violência. Ambos contribuem para a desconstrução de narrativas onde a ditadura portuguesa, bem como a sua política colonial, tem sido retratadas como ‘brandas’ por refletirem a ideia de que Portugal sempre teria sido ‘um país de brandos costumes’.

No primeiro capítulo, “Violência, testemunho e sociedade: Incómodos e silêncios em torno da memória da Ditadura” (pp. 29-39), Miguel Cardina recorda aos leitores o fato de que a ditadura portuguesa, como qualquer outra, também se ancorou “na censura, na limitação das liberdades

e na criminalização do político” (p. 32) aplicando uma cuidadosa gestão entre ‘violência preventiva’ – sustentada na intimidação, na dissuasão e no medo, e ‘violência punitiva’, embora os casos de repressão direta, incluindo prisões e recurso à tortura, incidissem sobre um número mais escasso de indivíduos. Isto no que dizia respeito ao contexto metropolitano, que é o abordado pelo autor.

Já o segundo capítulo, “O Olho do Furação? A África Austral no contexto da Guerra Fria (década de 70)” (pp. 41-58), escrito por Maria Paula Meneses, enfatiza a violência que atingiu a África Austral na segunda metade do século XX, ou seja, no contexto da Guerra Fria. De acordo com a autora, trata-se de “uma história de violência que não é separável dos dois projetos expansionistas celeberramente opostos – o bloco capitalista e o bloco socialista” (p. 44). Para demonstrar a influência desta disputa global nos conflitos que tiveram lugar no cone austral de África, Maria Paula Meneses parte de uma detalhada análise das estruturas económicas e políticas ali presentes nos finais da década de 1960. Altura em que, na África do Sul não só a política, mas também a economia, em expansão e crescentemente ligada ao capital internacional, eram controladas por uma burguesia branca, minoritária. Na Rodésia a situação era semelhante. Neste contexto, a difusão de ideias comunistas e nacionalistas na África Austral colocaram em causa o projeto de dominação branca na região. Projeto que vários defensores do *apartheid* consideravam ser um modelo de paz e progresso. Esta perspectiva encontrou forte respaldo em Portugal e nos EUA, tanto que estes países transformaram a África do Sul do *apartheid* num aliado poderoso nos confrontos da Guerra Fria. “E aqui se pode encontrar uma das justificativas para o avanço do Exercício Alcora” (pp. 51-52), afirma a

autora, uma vez que a solução apostada para travar o avanço dos movimentos nacionalistas na África Austral, considerados como um inimigo comum pois reivindicavam a queda dos regimes minoritários, foi o reforço das alianças económicas e militares entre Portugal, a África do Sul e a Rodésia, oficializada discretamente através do Exercício Alcora. Reforço porque, como as várias fontes citadas ao longo deste capítulo demonstram, mesmo antes da constituição desta aliança secreta, a Rodésia e a África do Sul já colaboravam com o Exército colonial português em operações contra os movimentos nacionalistas que tinham lugar nos territórios angolano e moçambicano.

O terceiro capítulo, “Regressos? Os retornados na (des)colonização portuguesa” (pp. 59-107), de Maria Paula Meneses e Catarina Gomes, explora as complexidades inerentes à constituição e à dissolução das colónias de povoamento português em Angola e Moçambique. Ao revisitar a questão da identidade de retornado e observar os percursos de sujeitos socialmente inscritos nesta categorização histórica elencando, em paralelo, a situação de outros migrantes da descolonização que dela foram excluídos, as autoras demonstram que “a problemática da descolonização portuguesa constitui ainda hoje um vasto espaço para questionamentos múltiplos de cariz histórico e sociológico” (pp. 106-107).

No quarto capítulo, “Exercício Alcora: um projeto para a África Austral” (pp. 109-122), Aniceto Afonso apresenta uma visão panorâmica da importância da instauração do Exercício Alcora para a manutenção da Guerra Colonial, bem como do grau de sedimentação desta aliança – apesar da condição de secretismo que os portugueses sempre fizeram questão de manter, e de sua repentina dissolução, provocada pelo 25 de Abril. Esta visão geral agraça

a curiosidade do leitor sobre o tema que mais à frente, no sexto capítulo, “Relações entre Portugal, África do Sul e Rodésia do Sul e o Exercício Alcora: Elementos fundamentais na estratégia da condução da guerra – 1960-1974” (pp. 143-169), Amélia Neves de Souto explora em profundidade. Ao analisar um impressionante número de documentos relativos ao Exercício Alcora, Amélia Souto esmiúça em detalhe o funcionamento desta aliança e as particularidades da sua aplicação prática no terreno, com especial destaque para o impacto da intensa participação de forças rodesianas em várias ações militares, geralmente marcadas por excessos de violência que vitimavam inclusive a população civil, realizadas em Moçambique.

Embora o quarto e o sexto capítulos apresentem uma maior conexão entre si, o quinto capítulo, “A africanização na Guerra Colonial e as suas sequelas. Tropas locais – Os vilões nos ventos da História” (pp. 123-141), da autoria de Carlos de Matos Gomes, não merece passar despercebido. Depois de resgatar os antecedentes que explicam em que bases esteve ancorada a estratégia de ‘africanização da guerra’, isto é, de recrutamento local de soldados para o Exército colonial português, que em Angola e Moçambique chegaram a representar mais da metade do total de efetivos militares mobilizados, o autor discorre sobre o modo como os novos poderes procedentes dos movimentos de libertação lidaram com as estruturas coloniais e os seus agentes, sobretudo os militares, após as independências. Uma leitura atenta deste capítulo revela a necessidade de lançarmos novas perguntas ao passado com a intenção de compreender, de fato, as múltiplas facetas da violência que assolou Angola e Moçambique depois de conquistadas as independências.

O sétimo e último capítulo, “Estilhaços do Exercício Alcora: O epílogo dos sonhos

coloniais” (pp. 171-177), da autoria de Maria Paula Meneses, Celso Braga Rosa e Bruno Sena Martins, anuncia a infinitude do fim do projeto colonial sintetizado no Exercício Alcora, mas também do trabalho que deu origem ao próprio livro. Ao lembrar que os efeitos da aliança entre Portugal, África do Sul e Rodésia, mantida em segredo até há pouco tempo, se fizeram notar muito para além da Guerra Colonial portuguesa nos conflitos que marcaram a trajetória dos países da África Austral da segunda metade dos anos 1970 até ao princípio deste século, os autores identificam um vasto campo de investigação que ainda está por explorar. Assim sendo, é de se esperar que a divulgação deste livro produza efeitos que reverberem muito para além dele.

Uma última qualidade do conjunto da obra aqui apresentada merece ser destacada. É preciso reconhecer que o livro em questão presta um importante serviço de utilidade pública, pois representa um contributo ao respeito pelo direito à justiça histórica, uma vez que desmascara a inverdade fabricada pelas narrativas estabelecidas que vendiam a imagem de um ‘Portugal orgulhosamente só’ em África. A vasta documentação que serve de base para as análises contidas nesta publicação não deixa espaço à dúvida quanto ao fato de que, desde meados da década de 1950, Portugal sempre contou com uma rede internacional de apoio na luta contra a expansão dos movimentos nacionalistas africanos. Portanto, este discurso que enfatizava o suposto esforço solitário do Estado colonial-fascista português para manter a nação-império não passava de uma propaganda ideológica que contradizia a realidade.

Porque, como Boaventura de Sousa Santos chama-nos a atenção no prefácio, “não se pode compreender o 25 de Abril sem a corrosão física e emocional que a

Guerra Colonial significou para os que foram parte da violência que foi cometida em África; não se pode compreender a ‘Guerra Fria’ sem os ‘momentos quentes’ constituídos pelas guerras patrocinadas no Sul global em nome da manutenção da presença colonial-capitalista; e não se podem compreender as ‘guerras civis’

que continuaram a deflagrar na África Austral sem referência à aliança colonial e aos interesses das potências capitalistas globais que, naquela região, haveriam de sobreviver à queda do Império português” (p. 11), a leitura desta obra recomenda-se.

Carolina Barros Tavares Peixoto

Eduardo Lourenço (2014), *Do colonialismo como nosso impensado*. Prefácio de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva, 348 pp.

Filósofo e ensaísta português, há muito radicado em França, Eduardo Lourenço emerge no cenário intelectual português como um dos mais irreverentes pensadores sobre a “portugalidade” ou, por outras palavras, sobre o que é “ser-se português”. No livro *Do Colonialismo como nosso Impensado* (2014) é-nos também revelado um surpreendente pensador anticolonial. Ou melhor, um forte desconstrutor da mitologia colonial na qual o Portugal contemporâneo se encontra alicerçado. Retratando Portugal como um país que construiu a sua história extrapolando as fronteiras europeias, Eduardo Lourenço problematiza o colonialismo português desde a tão celebrada epopeia marítima até à lusofonia contemporânea.

Reunindo textos “publicados e inéditos, completos e fragmentários” (p. 13), esta edição surge pela mão de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi, ainda que orientada pelo próprio Eduardo Lourenço. Nem todos os textos apresentam uma datação precisa, ainda que os ensaios obedeçam a uma lógica cronológica, dividida em quatro partes, sendo estas: “Limiar: Contornos e Imagens Imperiais”, “Crítica da Mitologia Colonialista” (década de 60 até 1974), “No Labirinto dos Epitáfios Imperiais” (1974/75 e depois) e “Heranças Vivas”. Contudo, é curioso observar como

ao longo do livro somos sistematicamente confrontados com interrogações reiteradamente visitadas. Sendo o fio condutor uma profunda reflexão sobre as diferentes formas que o colonialismo português assumiu, esta investida não desenha uma linha unidirecional que percorre diferentes momentos históricos, mas antes uma espiral onde as mesmas perguntas, os mesmos interditos e traumas vão emergindo repetidamente: no Estado Novo, no quadro da revolução aberta com o 25 de Abril e ainda no contexto criado com a entrada de Portugal na União Europeia.

Assim, ainda que o texto mais antigo remeta a 1958 e o mais recente a 2003, nada se perde em atualidade histórica. Nos textos que antecedem a Revolução de Abril surpreendemo-nos com a lucidez provocadora com que Eduardo Lourenço problematiza a relação entre Portugal e o Brasil. Primeiro, contrapondo o modo como a antiga colónia era apresentada pelo regime de Salazar enquanto exemplo de um colonialismo triunfante que chegou aos limites naturais de civilização e desenvolvimento, tendo consequentemente a sua independência sido entregue a uma elite branca. Em segundo lugar, desmontando a apologia do Brasil como referência de uma mestiçagem, celebrenemente exaltada por Gilberto Freyre, Eduardo Lourenço

conduz-nos a uma viagem ao avesso, revelando como o mito lusotropicalista foi, tardia e estrategicamente, incorporado no regime ditatorial por forma a absolver o colonialismo português, convenientemente considerado o mais brando entre os colonialismos: “Salazar quis administrar aos olhos do mundo a prova que o nosso colonialismo é de essência positiva e radicalmente diferente dos outros” (p. 29). E o Brasil era a nação capaz de provar essa vocação lusotropical para “coabitação ativa e interpenetração racial” (p. 37), constituindo-se como uma “Tábua de salvação de afogados há muito na água de contradição histórica do colonialismo nacional” (p. 60).

É com esta preocupação que o autor procura desmontar o discurso legitimador da política ultramarina que, baseado na ideia de uma nação multirracial e pluricontinental, defendia servir melhor os interesses africanos. No ensaio “O Preto no Branco”, em particular, é exposto como, paralelamente à ação bélica, foi montada uma máquina de propaganda que prometia tornar as províncias ultramarinas (com especial destaque para Angola) novos Brasis, razão pela qual Salazar defendia que “Angola não precisa de se libertar, porque já o está” (p. 72).

Se Eduardo Lourenço nos questiona sobre a apatia que envolveu a sociedade portuguesa perante a intervenção militar e propagandística, coloca especial ênfase nos setores opostos ao regime que, à semelhança deste, nunca se questionaram sobre o que na sua ação havia de colonialista. Assim, as demandas da esquerda encontravam-se também subordinadas “aos imperativos e interesses da Nação colonizadora” (p. 113), sendo que para estes a colonização era também “motivo de orgulho, proveito e consolação” (p. 124). Por esse motivo, Eduardo Lourenço defende que a esquerda portuguesa não soube no seu devido tempo

“refletir e explicar ao povo português o drama africano que a História lhe entregou para resolver” (p. 240).

“Deitámo-nos ao mar por não saber o que fazer em terra” (p. 148) é uma das frases mais fortes de Eduardo Lourenço, ao defender que as colónias surgem como um forma de compensar Portugal “pela sua pequenez ou como um meio de a tornar invisível” (p. 152). Ao desbravar a encruzilhada da consciência portuguesa atual, é-nos revelado como a herança colonial portuguesa, que iniciou o seu percurso há mais de 500 anos, continua por resolver enquanto questão decisiva da identidade portuguesa. Perante tão pesada herança, na qual a Guerra Colonial e os “retornados” avultam como espectros, o autor alerta ser essencial acabar com o “psicodrama de raiz africanista em que todos participámos ou participamos para exorcizar os demónios de uma aventura histórica mal terminada com aparência de bem terminada ou vice-versa” (p. 186). O autor confronta-nos com uma espécie de amnésia coletiva, como se um país inteiro sofresse de *stress* pós-traumático e quisesse esquecer-se de uma parte significativa da sua História, com a qual não sabe lidar. Num dos seus ensaios após Abril de 1974, o autor sugere: “é notório que uma parte da nossa classe política e a opinião com ela solidária age como se o pesadelo africano tivesse terminado na manhã de 25 de Abril” (p. 164). O facto de se ter procurado esquecer o quanto os territórios ultramarinos foram governados com “mão de ferro” e depois a “ferro e fogo” (p. 191) fundou a uma omissão que levou a que o processo de “reconstrução pós-colonial” fosse também um momento imbuído de colonialismo. Segundo o autor, se durante a “missão civilizadora” não houve qualquer preocupação em conhecer os problemas e demandas dos colonizados, o mesmo se verificou no período pós-colonial.

Longe de se questionar a história colonial portuguesa e o seu lastro de racismo e violência, revisitou-se a já referida parábola do Brasil: apresentaram-se as novas nações independentes como novas pátrias lusas ou lusitanas, países fraternos com relações privilegiadas com a antiga metrópole, no que Eduardo Lourenço considera o mais “desvariado dos nossos sonhos imperiais” (p. 235). E assim, foi possível fabular um final pretensamente conciliador para 500 anos de colonialismo que terminaram com 13 anos de uma violenta Guerra Colonial. O processo de descolonização foi assim acompanhado “das mesmas ficções, dos mesmos fantasmas que durante séculos estruturaram a existência sonâmbula do nosso colonialismo inocente” (p. 212). A reconstrução pós-imperial munuiu-se dos mesmos expedientes ideológicos que haviam legitimado o colonialismo, uma vez que “de povo colonizador por excelência, multiespacial e racial, passámos a nação criadora de nações” (p. 280). Neste sentido, a ideologia colonial pela qual Portugal se regou durante tantos séculos, ainda que tenha terminado na prática, continuou a existir no plano simbólico. Prova disso a nostalgia – quando não ressentimento – que persiste face à perda dos territórios ultramarinos.

No processo de descolonização – e Eduardo Lourenço questiona-nos se o podemos assim nomear, uma vez que não existiu qualquer projeto de conversão do antigo estatuto colonial para outro – conceitos fundamentais como autodeterminação e independência tiveram significados diferentes e nada fraternos para Portugal e para as antigas colónias. E hoje, o centro da política portuguesa continua a ser a manutenção de uma relação política e económica privilegiada com as nações que emergiram do império. De facto, o problema de Portugal não era/é a sua identidade, mas sim o excesso com que esta é vivenciada, ao que o autor chama de hiperidentidade (p. 277), sendo este um

dos eixos centrais da sua reflexão, já presentes em outros trabalhos, nomeadamente em *O Labirinto da Saudade*. Ao lermos os seus ensaios mais recentes, compreendemos como a Europa deixou de constituir uma alternativa viável para invisibilizar a nossa “pequenez” e assim, ainda que a Revolução de Abril tenha correspondido a “uma amputação real do nosso espaço imperial ultramarino” (p. 269), a política externa nacional tem continuado a manter a ficção que nesta se apoiava. Para Eduardo Lourenço existe ainda um “longo caminho a percorrer para que um dia existamos uns para os outros fora do envenenado círculo de um mútuo e oposto ressentimento: o das novas nações terem sido colonizadas e o de Portugal as ter perdido como imaginário e real prolongamento seu” (p. 216).

Se com o regime salazarista não era permitido discutir a questão africana, “após o 25 de Abril tudo se passa como se não fosse necessário discutir os problemas africanos” (p. 203). Por esse motivo, mais do que identificar propriamente ruturas, Eduardo Lourenço revela-nos as continuidades do que herdamos do final do império como “nosso impensado”. Da dificuldade inerente em assumirmos o país pequeno que sempre fomos, à tentativa falhada de incorporar enquanto memória nacional que a colonização portuguesa “foi o que todas as colonizações do mundo sempre foram: exploração sistemática de terras e povos autóctones acompanhada da tentativa mais radical ainda da despossessão do seu próprio ser ser profundo” (p. 66). Do livro emerge a urgência de responder à pergunta: Quem somos nós sem o império? Perante isso Eduardo Lourenço lança duas problemáticas essenciais para compreender o Portugal pós-colonial: o envolvimento da sociedade portuguesa na causa timorense em setembro de 1999, que originou uma catarse coletiva em Portugal, e o envolvimento do Governo

português nas comemorações dos 500 anos da “Descoberta” do Brasil. Assim, ao lermos ensaios que foram redigidos ao longo de quatro décadas torna-se impossível deixar de notar o seu carácter fragmentário,

este é superado pela coerência histórica dos argumentos que sustentam a visão crítica de Eduardo Lourenço.

Catarina Laranjeiro

Andy Bennett (2013), *Music, Style, and Aging: Growing Old Disgracefully?* Philadelphia, Pennsylvania: Philadelphia Temple University Press, 210 pp.

Andy Bennett tem passado as últimas duas décadas a reinterpretar a *popular music* sob um prisma pós-subculturalista e do *cultural turn*, adensando uma linha de investigação determinante à escala mundial com lastro nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália e nos diferentes países europeus, incluindo Portugal. A reinterpretação da Escola de Birmingham e dos *cultural studies* tem ocupado um lugar central na sua obra, sendo de destacar o estudo seminal que fez em conjunto com Richard A. Peterson – *Music Scenes: Local, Translocal and Virtual* (2004).¹ A obra *Music, Style, and Aging: Growing Old Disgracefully?*, recentemente editada, surge como corolário do intenso percurso académico do autor e pretende lançar os pilares para o desenvolvimento de um debate muito importante que se prende com a permanência de vinculações (sub) culturais ao longo do ciclo de vida dos indivíduos. Isto é, trata-se de perceber, com detalhe, como os hábitos, práticas e atitudes dos entusiastas do *rock*, do *punk* e da *electronic dance music* moldam os seus estilos de vida à medida que envelhecem. Esta questão, já afluída por Bennett em “Punk’s Not Dead: The Continuing Significance of Punk Rock for an Older Generation of Fans” (2006),² assume

total relevância num contexto de envelhecimento das sociedades de capitalismo avançado plenas de recursos (técnicos e estilísticos) para o acompanhamento dos gostos num processo de (re)afirmação e (re)apropriação incessante de estilos de vida e de práticas de *musical fandom* (marcas corporais, estilos de vestuário e penteados, frequência de concertos, participação em grupos de discussão e de fãs, compra de discos e outros registos fonográficos, coleção de objetos e *memorabilia*, acompanhamento mediático, entre outros). De forma emblemática, Bennett propõe aqui a introdução de uma quarta cena musical para além da local, da translocal e da virtual – a afetiva. As cenas afetivas decorrem do envelhecimento e radicam nas memórias/readaptações geracionais partilhadas e experiência cultural de determinadas músicas ao longo do tempo. Ora, esse “conhecimento e sentimento partilhados” reúnem participantes numa cena afetiva (p. 61) cujo principal trunfo se centraliza no ensejo de uma abordagem diacrónica dos gostos, pertenças e identidades musicais muito para além de uma hegemonia etária, apanágio das teses subculturalistas iniciais. Neste seu mais recente trabalho, Bennett recupera a expressão de Simon Frith em que este

¹ Bennett, Andy; Peterson, Richard A. (2004), *Music Scenes: Local, Translocal and Virtual*. Nashville: Vanderbilt University Press

² Bennett, Andy (2006), “Punk’s Not Dead: The Continuing Significance of Punk Rock for an Older Generation of Fans”, *Sociology*, 40(2), 219-235.

defende que ‘a sociologia do *rock* é inseparável da sociologia da juventude’ e afirma que essa expressão deveria ir mais além, englobando a pertinência de uma análise do envelhecimento e das suas modalidades de relação/incorporação com/na música popular, não o cingindo a uma mera questão de nostalgia e ‘retromania’ (Reynolds, 2011)³ como tem vindo a ser feito em muitas das análises.

Do ponto de vista da abordagem empírica, Bennett realizou entrevistas a fãs entre os 35 e os 61 anos através da amostragem em bola de neve em três regiões/países: East Kent (Reino Unido), Adelaide (Austrália) e Lille (França). A obra encontra-se estruturada em duas partes fundamentais, uma primeira de teor essencialmente teórico e uma segunda que se dedica à análise de um conjunto de casos. Assim, a primeira parte do livro, “Contextualizing Popular Music and Aging”, é composta pelos capítulos “Popular Music and the Aging Audience” e “Individual and Collective Lifestyles of Aging Popular Music Audiences”. Esta parte I dedica-se, como referido, à abordagem teórica dos principais contributos de Bennett acerca da *popular music* demarcando-se da tradição dos *cultural studies*, dando ênfase a questões sociológicas relativas às identidades, ao *lifestyle*, à importância da música no quotidiano e ao *aging* numa aproximação a David Chaney ou Richard A. Peterson. A segunda parte do livro dedica-se à apresentação de *Case Studies*, desenvolvidos ao longo de quatro capítulos: “Toning down the Mohawk. Music, Style, and Aging”; “Career Opportunities: Work, Leisure, and the Aging Popular Music Fan”; “This is ‘Dad House’: Continuity and Conflict among Multigenerational Music Audiences”; e “Still ‘Changing the

World’?: Music, Aging, and Politics”. Cada um destes quatro capítulos aborda domínios específicos do estilo de vida sob influência da música tendo como pano de fundo o envelhecimento. Assim, o capítulo 3 documenta as representações que os entrevistados têm acerca da passagem dos estilos espetaculares da sua juventude e sua vinculação à autenticidade (sub)cultural para um estilo de vestir atenuado, modificado ou inteiramente desvinculado estilística e (sub)culturalmente. O capítulo 4 explora as formas como o *fandom* influenciou as vidas laborais destes fãs. O capítulo 5 foca-se na relação entre fãs mais velhos e fãs mais novos do mesmo estilo musical, numa abordagem inter- e multigeracional. Finalmente, o capítulo 6 analisa a forma como as ideologias de resistência ou de provocação da participação musical juvenil estão associadas às identidades políticas dos fãs mais velhos. Bennett confronta-nos, neste livro, com uma sociedade em mudança que exige uma readaptação crítica da teoria social a novas categorias etárias e geracionais – sendo este um desafio inelutável para a sociologia pois, de acordo com as suas palavras, “a *popular music* e as práticas culturais a ela associadas continuam a ter um papel-chave nas vidas de muitas pessoas de idade” (p. 189).

Importa realçar a pertinência e atualidade de algumas asserções e desenvolvimentos teórico-empíricos presentes neste livro. A primeira prende-se com a relevância da variedade e complexidade de discursos acerca das relações entre música, envelhecimento e preferências estilísticas. Assim, e exemplificadamente, o decréscimo na tónica estilística corresponde a um processo de reflexão e reavaliação crítica dos valores políticos associadas ao vestir

³ Reynolds, Simon (2011), *Retromania: Pop Culture’s Addiction to its Own Past*. London: Faber and Faber.

e às pertenças musicais, fazendo emergir readaptações estilísticas diversas consentâneas com os desempenhos quotidianos também diversificados dos atores sociais e uma reflexibilidade adaptativa ao mundo contemporâneo e ao ecletismo de gostos que subjazem a muitas das práticas e escolhas lúdicas, culturais, musicais, pessoais e familiares. Ora, existe o desenvolvimento de novos meios “pós-juventude” que perpetuam as narrativas sociopolíticas e musicais através das roupas. Decorre também da leitura do *Music, Style, and Aging* uma correlação entre a música, especialmente o *punk*, e a opção por carreiras *do-it-yourself* (DIY). Esta é uma ocasião importante para Bennett assegurar que o DIY é transversal a várias práticas culturais e políticas e está na base de inúmeros projetos de vida, não estando confinado ao facto de se ser jovem. O DIY persiste na trajetória de alguns atores sociais e é refundado e reajustado face aos acontecimentos pessoais e sociais que marcam o trajeto das pessoas ao longo das suas vidas. Mais, a música – e sobretudo o *punk* – não é o único fator determinante na adoção de um *ethos* DIY, mas acaba por ser um fator da máxima relevância, nomeadamente quando acontece na *música em ato* – na pertença a bandas ou na organização de concertos. Outro desenvolvimento desta obra, que nos parece importante aqui realçar, centra-se nas possibilidades de intervenção sociopolítica e na adoção de uma ideologia de ação. Ilustrativamente, Bennett apura que os *punks* mais velhos tendem a ver uma pertença anarquista na juventude como algo ingénua, pois o seu envelhecimento ditou uma reflexibilidade em torno de uma reapropriação mais *soft* destes ideais políticos, reapropriados hoje através do apoio aos movimentos anticapi-

talistas, de defesa dos animais, de ocupação urbana ou de tolerância e respeito pelos outros. O *punk* foi determinante como eixo de sentido crítico em relação ao *establishment* político e às normas culturais, mas é vivido hoje com maior relativismo.

Em suma, este livro mostra-nos a crucialidade da música na estruturação do *lifestyle* de um conjunto de atores mais velhos, retirando a exclusiva importância da música na orientação e condicionamento da transição da juventude para a vida adulta, obrigando-nos a pensar nas consequências dessa dilatação etária no lazer e no estilo de vida dos indivíduos. Com efeito, Bennett mostra-nos como a geração *baby boomer* “está a tomar outra direção no desconhecido cultural, como a primeira geração plenamente mediatizada e consumista que atingiu a meia idade e agora contempla a ‘terceira idade’” (p. 25). Também é fundamental reter a perspetiva do autor, quando este argumenta “que os exemplos musicais e os associados ao estilo e à cultura, escolhidos para o estudo no livro, marcam uma viragem significativa na história da música popular ocidental” (p. 3). A sociologia da cultura e a sociologia das artes encontram-se numa encruzilhada existencial, pois necessitam de explicar e compreender com urgência a importância do impacto da idade e da noção de geração na apropriação musical e lúdica, sobretudo quando estas são feitas dentro de espectros estilísticos relativamente desconfortáveis para os cânones clássicos e que se prendem com a geração *rock ‘n’ roll* – hoje já a viver a ‘terceira idade’. *Music, Style, and Aging* constitui um contributo relevante para o aprofundamento desta discussão.

Paula Guerra

José Teixeira

Centro em Rede de Investigação em Antropologia
Av. Forças Armadas, Ed. ISCTE-IUL – 1649-026 Lisboa, Portugal
Contacto: jpimteix@gmail.com

Carolina Barros Tavares Peixoto

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: carolinapeixoto@ces.uc.pt

Catarina Laranjeiro

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: catarina.laranjeiro@gmail.com

Paula Guerra

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Instituto de Sociologia, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal
Contacto: pguerra@letras.up.pt
